


Redes Sociais e Território: Análise de Conteúdo e de Discurso de uma comunidade escolar acerca do processo de fechamento de escola rural em Campos dos Goytacazes/RJ

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.530182606014>

Tamara Cecília Rangel Gomes

Crisóstomo Lima do Nascimento

RESUMO : Neste artigo, busca-se promover um estudo acerca do fechamento de escolas rurais públicas no estado do Rio de Janeiro nos últimos anos (a saber, de 2020-2024), a partir de dados abertos publicados em plataforma oficial do MEC/INEP. Para tanto, investigou-se os dados referentes aos diferentes âmbitos administrativos (rede pública federal, estadual e municipal), com o objetivo de traçar um panorama sobre as articulações em defesa da educação do campo e apresentar um estudo de caso, referente ao processo de resistência e luta relacionada ao gradativo término de oferta de Ensino Fundamental da Escola Municipal Manoel Simões de Rezende, localizada no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Os pressupostos teóricos que fundamentam este estudo ancoram-se nos estudos de Arroyo (2008, 2014), Caldart (2008), Molina (2008). Por metodologia adotou-se pesquisa bibliográfica e netnográfica (posto apresentarmos análise de conteúdo (Bardin, 1977) e de discurso (Mainguineau, 2008; 2011) relacionados às postagens na Rede Social Instagram oficial da unidade escolar em tela no mês de dezembro do ano de 2025.

PALAVRAS-CHAVE: educação rural; fechamento de escolas; resistência.

Social Networks and Territory: Content and Discourse Analysis of a school community regarding the closure process of a rural school in Campos dos Goytacazes/RJ

ABSTRACT: This article seeks to promote a study regarding the closure of public rural schools in the state of Rio de Janeiro in recent years (namely, from 2020–2024), based on open data published on the official MEC/INEP platform. To this end, data referring to different administrative spheres (federal, state, and municipal public networks) were investigated, aiming to outline an overview of the articulations in defense of “Educação do Campo” (Rural Education) and to present a case study concerning the process of resistance and struggle related to the gradual termination of Elementary Education offerings at the Manoel Simões de Rezende Municipal School, located in the municipality of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. The theoretical assumptions underlying this study are anchored in the works of Arroyo (2008, 2014), Caldart (2008), and Molina (2008). The adopted methodology includes bibliographic and netnographic research, as we present content analysis (Bardin, 1977) and discourse analysis (Mainguineau, 2008; 2011) related to posts on the official Instagram social network of the school unit in question during the month of December 2025.

KEYWORDS: rural education; school closures; resistance.

INTRODUÇÃO

Em dezembro do ano de 2025 foram compartilhadas na Rede Social Instagram alguns vídeos e mensagens de textos gravados por pais, responsáveis, professores e alunos solicitando o retorno da oferta de matrículas para o sexto e o sétimo ano do Ensino Fundamental, Anos Finais, de uma unidade escolar da rede municipal de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro.

Segundo as mencionadas postagens, a oferta de matrículas para o ano letivo de 2026 estaria restrita às turmas de oitavos e nonos anos, provavelmente com maior número de vagas para a continuidade dos estudos de alunos já nela matriculados. Em um cenário de planejamento e gestão de oferta de matrículas/acesso à educação pública, poderíamos nos reconhecer diante de um processo ativo de fechamento da unidade escolar, sendo executado, gradativamente, atendendo aos alunos que se encontram matriculados para não demonstrar o real impacto para a comunidade escolar.

Tecidas estas considerações, cumpre-nos apresentar um breve estudo sobre o fechamento de escolas localizadas em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, compreendendo, portanto, os anos 2020-2024. Neste

estudo desmembraremos os dados para as redes públicas (federal, estadual e municipal) e privada. Outrossim, discutiremos o contexto específico da escola em tela, apresentando por resultados do estudo de caso uma análise de conteúdo (utilizando por referencial teórico Lawrence Bardin) e de discurso (utilizando por referencial teórico Dominique Maingueneau) de postagens da comunidade escolar.

POR UMA EDUCAÇÃO RURAL (PERSPECTIVA HISTÓRICA E HERANÇA EXCLUDENTE)

A produção acadêmica e o senso comum contemporâneos enfrentam o desafio persistente de delimitar as distinções conceituais entre a Educação Rural e a Educação do Campo. A ausência de uma diferenciação clara, tanto na literatura científica quanto nas diretrizes de políticas públicas, impacta negativamente a eficácia de ações voltadas ao desenvolvimento das comunidades rurais. Essa imprecisão terminológica perpetua lacunas estruturais, dificultando a consolidação de políticas afirmativas que atendam, de fato, às especificidades de seus sujeitos.

De acordo com Calazans (1993), as raízes do ensino regular em áreas rurais no Brasil remontam ao final do Segundo Reinado, surgindo para atender a uma demanda socioagrária vinculada ao latifúndio e, posteriormente, ao agronegócio. É imperativo destacar o caráter excludente desse período; a Lei nº 1 de 1837 e o Decreto nº 15 de 1839, que regulamentavam a Instrução Primária no Rio de Janeiro, proibiam explicitamente o acesso de escravizados e negros africanos — mesmo livres ou libertos — às instituições públicas (Brasil, 1839).

Essa segregação racial e social consolidou-se durante a Primeira República (1889-1930). Embora o debate educacional tenha ganhado expressão, o acesso ao conhecimento aprofundado permanecia restrito às elites. Às classes trabalhadoras, rurais e urbanas, reservava-se apenas a instrução rudimentar necessária ao desempenho de funções laborais básicas. Note-se que a cidadania plena, expressa pelo direito ao voto dos analfabetos, só foi integralmente conquistada com a Emenda Constitucional nº 25 de 1985 e ratificada pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1985; 1988).

Sob a influência do “ruralismo pedagógico”, emergiu a proposta de uma escola adaptada às necessidades do campo, valorizando a identidade rural em contraposição ao modelo urbano-tradicional. Todavia, conforme aponta Prado (2013), esse movimento constituía uma construção ideológica que servia aos interesses de grupos hegemônicos. A educação rural era instrumentalizada pelo Estado para moldar a população do campo, visando conter o êxodo rural e qualificar a mão de obra conforme as estratégias econômicas governamentais.

No governo de Getúlio Vargas, essa visão profissionalizante foi consolidada por meio de colônias agrícolas e cursos técnicos patrocinados pelo Ministério da Agricultura. Posteriormente, em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) representou a primeira tentativa estatal de universalizar o acesso à educação de base, embora ainda sob uma ótica compensatória (Calazans, 1993).

Entre as décadas de 1930 e 1950, o cenário educacional foi impactado pelo *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932). Liderado por intelectuais como Anísio Teixeira, o documento defendia uma educação pública laica, gratuita e obrigatória. O Manifesto propunha a laicidade como salvaguarda contra dogmatismos sectários e a gratuidade como princípio igualitário para superar privilégios econômicos (Brasil, 1932).

Nos anos 1960, a educação popular e de adultos adquiriu novo vigor com o Movimento de Educação de Base (MEB) e a metodologia de Paulo Freire, que introduziram abordagens críticas e dialógicas. Apesar dos avanços técnicos posteriores, como o Segundo Plano Setorial de Educação (1975-1979), que buscou integrar o planejamento educacional ao desenvolvimento rural (Calazans, 1993), o modelo ainda carecia de uma perspectiva emancipatória que considerasse o camponês como sujeito de direitos.

A diferenciação entre os termos não é meramente semântica, mas política e epistemológica. Para Ribeiro (2012), a Educação Rural caracteriza-se pela transposição do currículo urbano para o meio rural, sem adaptações às realidades locais. Historicamente, é marcada pelo acesso tardio, baixa permanência escolar e vinculação ao pensamento latifundista e assistencialista (Molina, 2013).

Em contrapartida, a Educação do Campo emerge da luta dos movimentos sociais, tendo como marco a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998 (Caldart, 2012). Conforme Arroyo (2004), essa modalidade reconhece o campo como espaço de potencialidades e lutas sociais, onde a educação é um direito público construído a partir da especificidade camponesa.

Panorama do fechamento das escolas rurais no Rio de Janeiro (2020-2024)

O processo de fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro reorganiza espacialmente a oferta escolar, transferindo-a, gradativamente, para espaços urbanos. Para demonstrar este fenômeno, realizou-se um levantamento de dados junto aos Indicadores Demográficos e Educacionais do MEC, no qual foi possível verificar a expansão do processo de fechamento de escolas rurais no estado analisado, no período entre 2020 e 2024.

Por meio dos dados foram elaboradas tabelas e gráficos ilustrativos que demonstram a espacialidade da retração da oferta escolar rural em grande parte dos municípios do Rio de Janeiro conformando uma mudança na espacialidade da oferta escolar e provocando uma política de esvaziamento do campo, uma clara negação às resoluções vigentes acerca do direito à educação, seu acesso e permanência.

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
2020	1996
2021	1984
2022	1871
2023	1857
2024	1761

Tabela 1: Número de Escolas Rurais no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Organizado a partir de dados dos Indicadores Demográficos e Educacionais (INEP, 2024)

Conforme dados coletados, ao longo de 4 anos (de 2020 a 2024) foram fechadas 235 unidades escolares rurais no estado do Rio de Janeiro. O dado causa estranheza pois neste intervalo cronológico houve o fenômeno da Pandemia de Covid-19. Em seus anos iniciais (2020-2021), com todas as orientações para que alunos e professores ficassem em seus lares, oportunamente foram fechadas unidades escolares. O que o número não informa, no entanto, é de que forma se deu este processo de comunicação e transferência de docentes e discentes, num cenário já caótico.



Gráfico 1: Número de Escolas Rurais no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Organizado a partir de dados dos Indicadores Demográficos e Educacionais (INEP, 2024)

No gráfico conseguimos vislumbrar o declínio do número de escolas no estado de forma mais contundente. Reiteramos, de que forma os professores e funcionários nelas alocados, os alunos nelas matriculados, a estrutura física propriamente dita das escolas como ficou – além do status de paralisadas – no Censo Escolar da Educação Básica não são objetivo deste estudo, mas são promissoras análises para uma próxima discussão.

Em prosseguimento, de igual forma buscamos nos dados um desdobramento para a especificidade do município de Campos dos Goytacazes. Nossa investigação concentrou-se em responder quantas destas 235 unidades escolares rurais no estado do Rio de Janeiro estavam localizadas no município de Campos.

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
2020	195
2021	196
2022	196
2023	189
2024	183

Tabela 2: Número de escolas rurais no município de Campos dos Goytacazes

Fonte: Organizado a partir de dados dos Indicadores Demográficos e Educacionais (INEP, 2024)

Nesta perspectiva de análise, vislumbra-se que em Campos houve o fechamento de 12 (doze) unidades escolares rurais. A quem interessaria o fechamento de tais escolas? O que foi feito com os prédios destas escolas? Quais atores sociais foram ouvidos e consultados neste processo de fechamento?

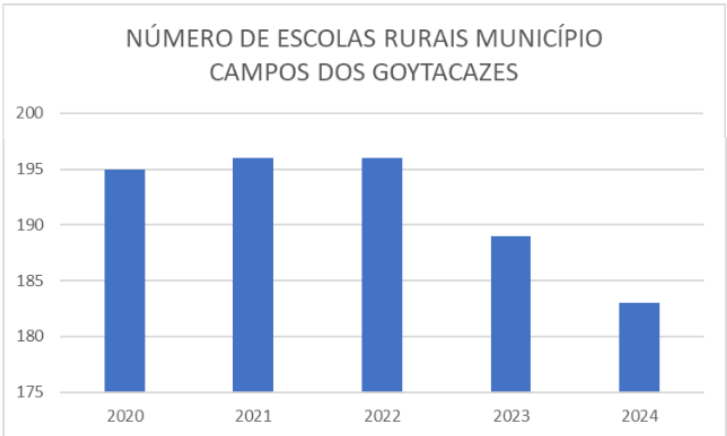


Gráfico 2: Número de Escolas Rurais no município de Campos dos Goytacazes

Fonte: Organizado a partir de dados dos Indicadores Demográficos e Educacionais (INEP, 2024)

Como, possivelmente, foram realocados estes alunos? Razoavelmente perto de suas residências? Contaram com transporte complementar rural para o deslocamento casa x escola? Os prédios escolares tiveram – por consequência – os serviços básicos de infraestrutura básica encerrados com as respectivas concessionárias (água, esgoto, energia, internet)? Qual teria sido o impacto financeiro destes encerramentos para os entes (federal, estadual e municipal)? E qual teria sido o impacto pedagógico para professores e alunos? E os impactos culturais para as comunidades do entorno?

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS RURAIS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	
2020	Escolas Rurais em Campos dos Goytacazes/RJ	Federal	0
		Estadual	21
		Municipal	167
		Privada	7
2021	Escolas Rurais em Campos dos Goytacazes/RJ	Federal	0
		Estadual	28
		Municipal	162
		Privada	6

2022	Escolas Rurais em Campos dos Goytacazes/RJ	Federal	0
		Estadual	22
		Municipal	162
		Privada	7
2023	Escolas Rurais em Campos dos Goytacazes/RJ	Federal	0
		Estadual	26
		Municipal	157
		Privada	6
2024	Escolas Rurais em Campos dos Goytacazes/RJ	Federal	0
		Estadual	21
		Municipal	157
		Privada	5

Tabela 3: Fechamento de Escolas Rurais em Campos por Dependência Administrativa

Fonte: Organizado a partir de dados dos Indicadores Demográficos e Educacionais (INEP, 2024)

Importante pensar que, quando se fecha uma escola rural, fecha-se junto toda uma referência cultural de uma comunidade. Fecha-se o lugar onde as pessoas poderiam florescer suas esperanças de mobilidade social, num país historicamente marcado pela colonização, escravidão e desigualdade. O fechamento de escolas rurais, para além de ser um fenômeno a ser estudado, configura-se como o cerceamento de direitos, de possibilidades de implementação de políticas afirmativas e públicas para o fortalecimento local,

Percursos Metodológicos

O estudo adota uma abordagem qualitativa, integrando duas técnicas de análise textual: a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso.

Quanto a análise de conteúdo (Bardin, 1977). Na primeira etapa, de caráter descritivo, seguimos as fases propostas por Laurence Bardin. Na etapa da pré-análise, realizou-se leitura flutuante e a constituição do corpus. O *corpus* é composto por uma amostra de 10 comentários realizados na postagem do perfil **@em.manoelsimoesderezende** acerca de denúncia do processo em curso de fechamento da escola, através da restrição da realização de matrículas para as séries iniciais do Ensino Fundamental, anos Finais. As postagens com o teor de

denúncia tiveram foram iniciadas em 08 de novembro e se intensificaram a partir de 25 de novembro de 2025.

Na etapa da exploração do material, foram definidas as unidades de registro (códigos e categorias) e das unidades de contexto (trechos dos comentários da postagem em Rede Social e interpretação inicial).

Comentaristas do perfil @em.manoelsimoesderezende	
Código de Identificação	C
Número de comentarista participante	1, 2, 3 e assim por diante

Quadro 4: Codificação de Referência

Fonte: Elaborado pelos autores

C1 – A escola na comunidade atendendo as crianças e adolescentes significa que nossos filhos terão escolha após o nono ano. Com mais maturidade, poderão escolher ir ou ficar. Se os jovens partem, toda identidade vai junto.

C2 – Essa escola tem um lugar guardado no meu coração e vai deixar saudades.

C3 – Temos que lutar pela escola e não se conformar com o fechamento dela.

C4- Por favor, qual será a explicação para ela deixar de existir? Muito triste um fechamento de um estabelecimento de ensino. Espero que não aconteça esse desastre na comunidade.

C5- De todos os melhores equipamentos atendendo nossos alunos e uma qualidade valiosíssima naquela comunidade!

C6- Essa escola não pode fechar. Eu estudei aí, meus filhos também. Escola maravilhosa, muitas histórias para contar.

C7- Nossa escola tem vida, tem história! Não podemos aceitar o fechamento.

C8- Boa noite ... Tudo Manoel Simões. Lindo escola novo.

C9 – Realmente muito lamentável.

C10- Quando uma escola se cala, a comunidade perde a voz.

Referente a terceira e última etapa metodológica proposta por Bardin, a saber: resultado da análise de conteúdo propriamente dita, prestamos por informação que após a codificação das unidades de registro, emergiram as seguintes categorias temáticas principais:

CATEGORIAS TEMÁTICAS			
Trecho do comentário (corpus)	Código	Categoria	Interpretação inicial
<i>De todos os melhores equipamentos atendendo nossos alunos e uma qualidade valiosíssima naquela comunidade</i>	Reclamações sobre a retirada do acesso a equipamentos eletrônicos pelos alunos da comunidade.	Danos Materiais	Percepção do papel desempenhado pela escola para a comunidade, no sentido de permitir acessos e fornecer serviços. (Equipamentos, Conexão e disponibilização de acesso Wi-Fi).
<i>Qual será a explicação para ela deixar de existir?</i>	Evidencia a ausência de comunicação sobre o planejamento da rede municipal. Não foram expostos os motivos pelos quais a oferta está sendo restrita e nem para onde irão os alunos não atendidos por estas séries.	Legalidade 1	Percepção da ausência de esclarecimentos à comunidade por parte da Secretaria Municipal de Educação.
<i>Com mais maturidade, poderão escolher ir ou ficar. Não podemos aceitar o fechamento.</i>	Evidencia decisão unilateral do governo municipal, não restando alternativas para a comunidade.	Legalidade 2	Percepção de que não foram apresentadas alternativas para a comunidade.
<i>Essa escola tem um lugar guardado no meu coração e vai deixar saudades. Espero que não aconteça esse desastre na comunidade. Escola maravilhosa, muitas histórias para contar.</i>		Identidade/ Memória	Percepção de pertencimento à escola e à sua importância para a comunidade.
<i>Quando uma escola se cala, a comunidade perde a voz.</i>	Mobilização da comunidade com postagens em redes sociais e demais outras ferramentas.	Mobilização	Percepção de que somente a mobilização popular poderá obter resultados favoráveis para a comunidade.

Quadro5: Categorias temáticas da Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pelos autores

O Ethos

Para Dominique Maingueneau (2008), o Ethos não é apenas a imagem que o locutor projeta de si mesmo, mas uma construção discursiva que envolve o corpo, o tom e o caráter do enunciador. Ele está intrinsecamente ligado à Cena de Enunciação, onde o locutor busca validar seu discurso através de uma identidade que gere adesão e confiança.

No caso de uma comunidade rural lutando contra o fechamento de sua escola, o Ethos é construído a partir da resistência, da ancestralidade e da dor da invisibilidade. A memória e a relevância social da escola emergem como os atores sociais/agentes que, efetivamente, buscam alternativas para amplificar sua própria voz para que a mesma alcance as autoridades. O fato de serem ex-alunos, ex-professores, professores, pais e responsáveis confere a eles o direito de fala. O ethos aqui é representado como a resistência histórico e social da comunidade, alguém que possui um saber prático e afetivo que o poder público (técnico e burocrático) solenemente ignora.

Maingueneau (2011) diferencia o que o locutor diz sobre si do que ele transparece através de seu estilo. O Tom da Indignação e Perplexidade: O ethos “mostrado” é o de alguém que sofre uma injustiça incompreensível, excluído das decisões. Sua voz é de quem clama por diálogo em um cenário de silenciamento.

Concomitantemente, se apresentam como cidadãos cumpridores de deveres cujos direitos básicos (educação e memória) estão sendo subtraídos. Não é apenas uma luta por um prédio, mas por todo papel que a escola representa e estes cidadãos estão sendo lesados.

O Conflito de Cenas

O fechamento da escola gera uma ruptura na Cenografia (a cena que o discurso constrói para existir). O poder público tenta impor uma cena administrativa/econômica. A comunidade responde com uma cena de pertencimento e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida neste estudo revela que o fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro, com 235 unidades extintas entre 2020 e 2024, não é um fenômeno meramente administrativo, mas um processo de desterritorialização e silenciamento cultural. Os dados demonstram que o município de Campos dos Goytacazes, ao registrar o encerramento de 12 unidades no período, reflete uma política de gestão que prioriza a lógica urbana e a eficiência orçamentária em detrimento do direito ao território e à identidade de suas comunidades.

O estudo de caso (Yin, 2001) da **Escola Municipal Manoel Simões de Rezende** serviu como microcosmo desse conflito. Através da Análise de Conteúdo (Bardin), identificou-se que a comunidade não percebe o fechamento como uma “otimização”, mas como um “desastre” e uma “perda de voz”. As categorias temáticas de *Identidade/Memória* e *Legalidade* evidenciaram que o poder público falhou em estabelecer um diálogo transparente, gerando um vácuo de compreensão que foi preenchido pela mobilização digital.

Pela perspectiva da Análise de Discurso de Maingueneau, conclui-se que a repercussão da mobilização digital e a ausência de respostas pelo poder público municipal, por meio de sua Assessoria de Comunicação e até mesmo da própria Secretaria de Educação emerge um Ethos de resistência histórico, social e afetiva da comunidade, que se legitima pela sua história, memória, voz e corpo social da escola.

Encerrar a oferta de turmas de forma gradativa, como observado na unidade em tela, configura uma estratégia de invisibilização e apagamento de toda uma comunidade, enquanto tenta, sem sucesso, mitigar a mobilização com o abandono e o descaso. Provavelmente, os professores que seriam alocados nas turmas de sexto e sétimo ano serão transferidos para outras unidades escolares do município. No entanto e, apesar disto, não temos o vislumbre de notícias de que futuro espera a demanda reprimida e não atendida dos adolescentes/jovens desta comunidade.

As vozes ecoadas no Instagram revelam que a escola rural, para além de um prédio, é um espaço de vida e memória e, apesar das tentativas institucionais, não serão silenciadas. Em última análise, o fortalecimento da Educação do rural no município de Campos dos Goytacazes exige que o poder público transcenda a visão estatística e reconheça a escola rural como um direito humano fundamental e um pilar de permanência do homem em seu território, em sua comunidade, numa perspectiva educacional que promova transformação social.

A resistência da comunidade do Manoel Simões de Rezende reafirma que, enquanto houver memória e mobilização, esta escola resistirá e as demais escolas rurais do município e do estado resistirão como territórios de luta contra o apagamento cultural.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro**. Disponível em: índice-25.pdf. Acesso em: 29 agosto 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 25 de 15 de maio de 1985**. Disponível em: Emc25. Acesso em: 29 agosto 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: Constituição. Acesso em: 29 agosto 2025.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória**. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Orgs.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da educação do campo**. In: MUNARIM, Antônio et al. (Orgs.). *Educação do Campo: reflexões e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Ministério da Educação. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 01 janeiro 2026.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

FERNANDES, Bernardo M. e MOLINA, Mônica C. **O campo da educação do campo**. 2003. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2008.

MOLINA, M. e AZEVEDO DE JESUS, S. M. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. V.5. Brasília, 2004.

PRADO, Adonia A. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. 2013. Estudos, Sociedade e Agricultura. V.3, n.1.